

GUERRA E CONFLITO NO SAHEL AFRICANO, FRUTO DA HISTÓRICA E PERMANENTE GUERRA ENTRE DOIS IMPÉRIOS: IMPÉRIO ÁRABE-ISLÂMICO E IMPÉRIO OCIDENTAL

Mamadou Alpha Diallo¹

Introdução

A denominada África subsaariana é o berço da humanidade, da domesticação do arroz e sua história é a mais antiga do mundo. Assim, falar sobre guerras e conflitos nesta região significa revisitar a história da inserção do continente nos complexos fluxos e processos internacionais que deram origem ao moderno sistema internacional baseado em fluxos comerciais, como o transaariano e o transatlântico (Vidrovitch 2011).

Entretanto, nosso interesse nos obriga a centralizar a análise no período mais recente da historiografia desta região do continente africano. Se de um lado, as consequências econômicas, religiosas, sociopolíticas e culturais destes fluxos comerciais tiveram e têm fortes impactos negativos na atual situação securitária do continente, do outro, uma análise aprofundada desses fatores mostra que a África, desde sempre, influenciou o resto do mundo.

Foi este continente, através destes fluxos comerciais, que abasteceu o mundo em ouro enquanto matéria-prima para cunhar a moeda do Dinar para as rotas comerciais transaarianas e depois, durante séculos, milhões de africanos foram escravizados para o Novo Mundo, bem como as matérias-primas essenciais ao capitalismo e à globalização foram retiradas do continente, sobretudo após as independências das Américas com a colonização territorial

¹ Professor Assistente na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil. E-mail: mamadou.diallo@unila.edu.br.

da África.

Portanto, falar de guerras e conflitos no Sahel africano significa revisitar a história das diversas formas de globalização, entender seus impactos socioeconômicos, políticos e culturais. A herança destes processos “civilizatórios” constitui a base das rivalidades internas e externas que o continente experimenta de forma contínua e permanente. Esta rivalidade se fundamenta no “antagonismo cultural” alimentado pelos interesses geopolíticos e geoeconômicos que suscitam na região e, conseqüentemente, os atuais conflitos ligados ao terrorismo islâmico no Sahel são fruto deste passado histórico que opõem a colonização ocidental e a resistência africana, a qual teve como fonte mobilizadora ou motivadora o Islã.

Pensar as relações internacionais contemporâneas da África significa revisitar a história das intervenções externas, no sentido de envolvimento de agentes, organismos e países estrangeiros em conflitos armados internos, desde os processos de islamização da região e a instauração de uma ordem política decorrente da guerra denominada de Guerra Santa ou Jihad. Esta nova ordem provocou reformulações e até superposições das fronteiras na região, passando pelo colonialismo e pelo neocolonialismo até culminar na atual fase de “intervenções humanitárias” e militares, sendo passível de ilustração a partir da presença militar da França e dos Estados Unidos.

Portanto, para entender os problemas no Sahel africano² (Saahil, em árabe) no período pós-Guerra Fria, é necessário recuar historicamente, tipificar as intervenções e seus impactos na região. Além disso, destaca-se que todos os países africanos tiveram suas independências em plena Guerra Fria e isso, por si só, revela a estreitíssima limitação de manobra diplomática que as novas autoridades governamentais tinham. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as questões de segurança no Sahel africano, elucidando uma possível tipificação das intervenções externas, suas causas e impactos.

2 O Sahel (costa, em árabe) é a zona eco climática e biogeográfica de transição entre o Saara, ao norte, e a Savana, do Sudão ao sul. Ela é uma faixa de até 1.000 km (620 milhas) de largura que abrange 5.400 km (3.360 milhas) do Oceano Atlântico ao Mar Vermelho. Os colonizadores europeus definiram a região como uma faixa de fronteira separando o norte e o sul do Saara, no intuito de comprovar a não africanidade dos países do Norte (Egito, Marrocos, Tunísia, Argélia e Líbia), vinculando-os ao grande Oriente Médio. Este imaginário se baseia na lógica colonial de separar muçulmanos árabes e muçulmanos arabizados, além de reforçar a hierarquização baseada na tonalidade da cor da pele (mais clara mais “civilizado”) e do arabismo (falar, ter a cultura e costumes árabe). Estes dois critérios de hierarquização serviram de base para dividir os africanos entre “bárbaros e civilizados”, mas, também, reforçou a divisão do mundo muçulmano em curso ao criar e aplicar o conceito de Islã negro em oposição ao Islã árabe (branco). Os atuais conflitos nos países do Sahel (Mauritânia, Mali, Níger, Chade e Sudão) são, em parte, fruto destas divisões e hierarquizações.

A edificação de caminhos e as condições de paz duradouras justificam a relevância da reflexão focada na historiografia. Dessa forma, parte-se da hipótese de que, se o terrorismo e o crime organizado, enquanto ameaças à segurança internacional, justificam as intervenções externas na região, um recuo histórico, a partir da análise do processo de islamização, arabização, colonização e ocidentalização, revela que os motivos tanto dos jihadistas, quanto das intervenções, são de natureza econômica, geopolítica, geoestratégica e não, necessariamente, humanística ou de construção da paz.

Desta maneira, as atuais crises securitárias no Sahel africano são parte destes processos de globalização moldados pela atuação de comerciantes, missionários religiosos, aventureiros e soldados que colocaram em oposição o mundo árabe-muçulmano presente no continente africano, desde o século VIII, e o mundo ocidental presente no continente desde o século XV (Chanda 2011).

Trata-se de uma reformulação e de uma readequação dos mapas coloniais sob o manto da intervenção em nome da salvação dos povos contra os islamitas radicais e radicalizados. Esta hipótese se fundamenta teoricamente na ideia de que a história mais recente da África ocidental é o resultado de fatores internos e externos. Assim, o artigo é estruturado em uma parte conceitual objetivando dialogar a literatura com conceitos históricos, uma segunda parte que procura identificar as intervenções externas ao longo do tempo, e, por fim, buscar-se-á relacionar este passado com os atuais conflitos.

Análise Conceitual

Para nossa análise é importante definir os conceitos chaves desta reflexão, dentre os quais se encontram o conceito teórico de intervenção externa, de guerra e de conflito, assim como é fundamental situar geograficamente o Sahel para uma análise completa do tema. Em relação ao primeiro conceito, considerando a máxima segundo a qual “intervenção estrangeira não é um conceito simples de definir” e sabendo que a realidade não é menos complexa que a definição, uma vez que, como observa Schmidt (2018), mesmo nos períodos do comércio de escravos e do domínio colonial estabelecido, as potências dominantes de fora do continente precisavam levar em conta as realidades locais. Assim, adota-se a definição de Elizabeth Schmidt (2018):

A intervenção externa como o envolvimento de potências ou organizações externas nos assuntos internos de países africanos e que essa entidade pode basear-se em outros continentes ou podem ser Estados africanos vizinhos

ou organizações regionais e sub-regionais. O termo “intervenção” implica uma relação de poder desigual e ocorre quando um país ou organização dominante usa a força ou pressão para influenciar uma entidade soberana mais fraca ou/e quando uma entidade mais fraca solicita assistência externa para restaurar a ordem, monitorar acordo de paz ou encerrar uma crise humanitária (Schmidt 2018, 36).

Esta reflexão de Schmidt (2018) permite perceber que a intervenção pode vir de dentro do continente e oriunda de países fronteiriços, fato que nos possibilita afirmar que as incursões militares dos muçulmanos (africanos convertidos ao Islã) e dos árabes na África subsaariana podem ser consideradas como as primeiras intervenções internas e externas no continente. Outra informação importante trazida por Elizabeth Schmidt (2018) é o fato de que “a intervenção” implica uma relação de poder desigual independentemente da mesma ocorrer por iniciativa de um Estado mais forte ou solicitada por um mais fraco, caracterizando-se pelo uso da força ou pressão para respectivamente influenciar o mais fraco, restaurar a ordem, monitorar a paz ou encerrar uma crise humanitária.

Assim, apesar do caráter coercitivo, a intervenção sempre é justificada pelo “humanismo” e consequentemente, no caso africano, a islamização e arabização, a evangelização e a colonização podem ser caracterizadas como intervenções externas, não significando necessariamente que sejam intervenções totalmente negativas. A intervenção pode ser vista sob uma luz positiva, como quando nações poderosas intervêm para impedir um genocídio ou fazem cumprir acordos de paz, no entanto, quando pessoas de fora intervêm para escravizar, conquistar, colonizar, derrubar, instalar governos, pilhar recursos, vender armas e incentivar conflitos internos, a intervenção tem impacto extremamente negativo (Schmidt 2018; Diallo 2019).

Em um segundo caso, a intervenção pode se tornar uma grave questão de insegurança a partir da presença de ameaças externas à soberania e a sobrevivência do Estado, ou seja, o oposto de segurança entendida como a ausência de ameaça militar de origem externa à sobrevivência objetiva de um Estado (Buzan 2009). Deste modo, segurança significa constituir algo que precisa ser garantido: nação, Estado, indivíduo, grupo étnico, meio ambiente ou o próprio planeta, seja na forma de “segurança nacional ou internacional” em que a nação/Estado é o objeto de referência analítica e normativa.

Assim, existem decisões políticas e normativas na definição de segurança, tornando-a um dos conceitos mais contestados na ciência social moderna. Neste sentido a segurança é sempre um “conceito hifenizado” e sempre vinculado a um objeto específico, a alocações internas/externas, a um

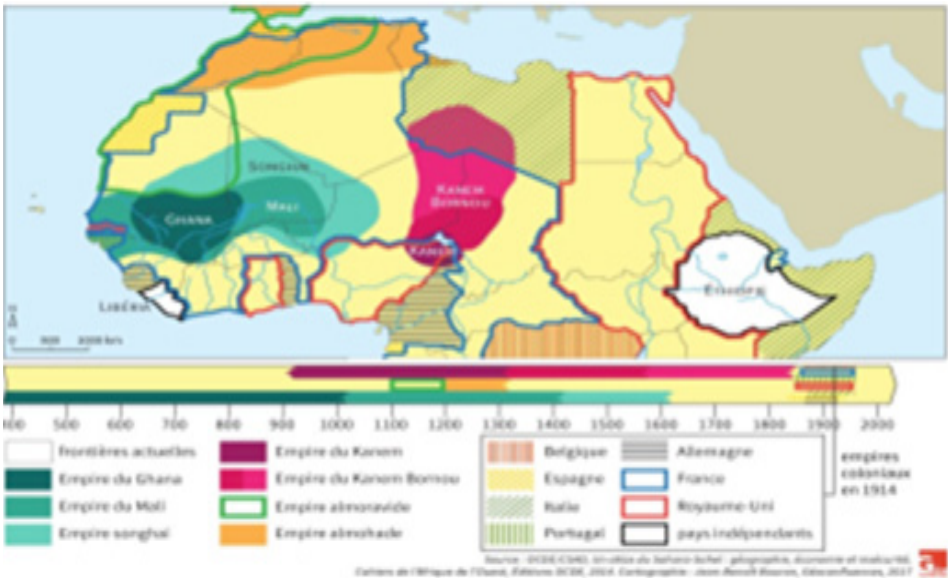
ou mais setores e a uma maneira particular de pensar sobre políticas (Buzan 2009, 28).

Seguindo o mesmo raciocínio, pode-se conceber segurança como uma garantia de ordem social, significando um padrão de atividade humana que sustenta os seus objetivos primários e universais (Bull 2002) que, a partir disso, visa garantir a proteção contra a violência fatal ou que produza graves lesões aos indivíduos, considerando (i) o cumprimento de promessas feitas e que acordos ajustados a metas sejam implementados (ii) que também busque, em certa medida, que a posse das coisas permaneçam estáveis e não sujeita a desafios constantes e ilimitados.

Neste sentido, a intervenção é um instrumento de ação, um meio e não um fim, pois, dependendo da moralidade ou imoralidade do objetivo para o qual ela é destinada, pode servir na defesa dos direitos humanos e preservar a ordem internacional. Por outro lado, muitas destas intervenções invadem a privacidade das pessoas e a soberania dos Estados, comprometendo a estabilidade da ordem social local, nacional e/ou regional e conseqüentemente do sistema internacional, através da destruição das suas unidades bases, que são os Estados.

As intervenções ocorridas no continente africano ao longo da história, desde a incursão almorávida no tempo dos impérios africanos (Mali, Gana, Songai, Kaneem Bornou etc), passando pelas invasões dos impérios coloniais europeus (França, Reino Unido, Itália) até as atuais intervenções “humanitárias” e/ou missões de paz das organizações regionais (União Africana, União Europeia), internacionais (ONU) e das potências estrangeiras (França, Reino Unido, Estados Unidos, China) que estão em curso na atualidade na região Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade e Sudão) encaixam-se nesta visão.

Figura 1: Dos impérios Sahelo-Saariano aos Impérios Coloniais (I)



Fonte: Bouquet (2017).

Figura 2: O Grupo dos Cinco Países do Sahel (G5 Sahel).



Fonte: Mantinez (2019).

Entretanto, destaca-se que, ao focar a intervenção islâmica enquanto patrocinadora do tráfico e da escravidão de milhões de africanos para as rotas transsaarianas, devemos ser cautelosos. Um dos elementos que contribuíram para a escravização de africanos foi o fato de que a religião monoteísta tinha se tornado o principal parâmetro dos graus da humanidade, assim como a cor da pele. O Islã afirma que um muçulmano nunca poderia escravizar um outro muçulmano, porém isso nunca foi respeitado no caso de muçulmanos pretos (Coulibaly 2006).

Coulibaly (2006) traz o caso de Hamad Bhabha, um dos maiores eruditos muçulmanos e professor no Mali, e que foi capturado e levado ao Marrocos somente por ser um homem preto. Os chamados de mouros e árabes de pele mais clara passaram a ser os maiores comerciantes de outros africanos muçulmanos. Os africanos muçulmanos de pele preta passaram a capturar e vender outros africanos por identificarem eles como seres inferiores, apenas por se recusarem à conversão ao Islã. Foi por causa disso que, em 1212, o imperador do Mali realizou uma das maiores revoluções políticas com “*La Charte des Chasseurs*” que não somente aboliu a escravidão como também estabeleceu medidas para coibir esta desigualdade, como a morte de comerciantes.

Portanto, o Sahel é uma região de instabilidade política, caracterizada por guerras civis, conflitos internos e interestatais, com instabilidades econômicas que se materializaram devido a várias formas de predação dos recursos naturais, cuja consequência levou à instabilidades sociais, sobretudo pelo crescente empobrecimento dos povos e formas brutais de exclusão social. Por fim, mas não menos importante, houve uma instabilidade cultural que se caracteriza por ser uma forma perniciosa de aculturação, além da lacuna científica e técnica (Kipré 2003).

Segundo Williams (2014), o conceito de conflito caracteriza-se pelo uso de violência organizada por grupos de indivíduos para fins políticos, identificado pelo antagonismo e oposições entre agentes coletivos, podendo culminar na luta armada e levando à violência extrema (*Deadly conflict*) e à conflitos armados internos, os quais podem ocorrer entre cidadãos (guerra civil) ou entre o Estado e grupos contestadores/rebeldes (rebelião).

A Guerra, em si, é um ato de violência destinado a obrigar o adversário a executar a nossa vontade, ou seja, a continuação de uma política por outros meios (Clausewitz 1955, 51). Em suma, percebe-se que, enquanto o conflito se caracteriza por oposição de interesses, luta por valores, status, poder ou recurso, à guerra enquanto somatória de todos esses fatores constitui um fenômeno orgânico, humano e de civilização, uma disputa entre dois ou mais Estados através das suas forças armadas ou de duas civilizações/culturas ou,

até mesmo, de visões diferentes com o propósito de dominar um ao outro.

Deste modo, para entender e definir corretamente os conflitos e guerras do continente africano, mostra-se necessário um recuo histórico para visualizar como e por que a oposição de interesses, a luta por valores (quais?), o poder e os recursos estão ou não ligados à intervenção externa e vice-versa. Ademais, como fenômeno orgânico, humano e de civilização; quais oposições estão se enfrentando principalmente do ponto de vista cultural/civilizacional e desde quando?

África e o Mundo Árabe-Muçulmano

A conquista islâmica do Saara, no século VII da era cristã, marca o fim da história antiga da região e o início da história medieval que culminou com a queda de Bagdá na terceira fase³ da expansão do Islã em 750, quando os abássidas derrubaram a dinastia omíada, transformando a cidade capital do império muçulmano (Salem 2006). O período medieval não se relaciona com a periodização africana. Esta conquista será seguida pela disputa do espaço por diversos movimentos, entre os quais o movimento dos mouros e o movimento Almorávida que surgiram das rivalidades dentro do império árabe-islâmico entre o século VII e XIX.

O Islã foi, durante a idade média europeia, o representante da civilização no interior do mundo ocidental. Algumas pessoas podem até pensar que o islamismo é uma religião de estagnação e de morte, mas não se pode negar o valor de seus princípios civilizatórios, sem os quais uma grande parte dos conhecimentos antigos teriam desaparecido definitivamente.

A prestigiosa civilização árabe-muçulmana teve seu apogeu marcado pelo estabelecimento do califado na Espanha e seu declínio iniciado com a tomada de Bagdá pelos mongóis e pela reconquista espanhola. Este declínio fez desaparecer a manifestação geral da civilização, mas deixou traços e legados inegáveis sobre a própria civilização europeia. Além disso, o papel da civilização árabe-muçulmana continuou sua influência e papel em todas as sociedades muçulmanas em “movimentos regionais”, de acordo com Redan (1922).

3 1ª etapa: de 632 a 661 – os sucessores de Maomé, os califas, conquistaram a Pérsia, a Síria, a Palestina e o Egito e a 2ª etapa: de 661 a 750) – os califas Omíada dominaram a política, transferindo a capital para Damasco, na Síria. O poder passou a ser hereditário e os califas passaram a agir como monarcas absolutistas. Nesse período, foram conquistados territórios na China, no norte da África, e em quase toda a Península Ibérica, na Europa. 3ª etapa: de 750 a 1258 – surgem as dinastias abássidas, de origem persa. Bagdá passa a ser a capital política e cultural do mundo islâmico.

A conquista islâmica do Saara no século VII d.c. marcou o fim da história antiga da região e o início da história medieval, a qual terminou com a queda de Bagdá na terceira fase da expansão do Islã em 750 (Salem 2006). Esta conquista foi seguida pela disputa do espaço por diversos movimentos, dentre os quais houve a investida dos mouros/africanos, o movimento Almorávida e Almorávidas que, desde o último terço do século VII e o primeiro do século VIII, realizaram suas primeiras incursões guerreiras no Sahel e no Sudão.

Segundo Kane (2004), neste período fala-se da presença de um elo dos omíadas, por meio dos quais os *soninkes* de Biru Biru tiveram contato com o Islã, pela primeira vez, a partir do século IX. A segurança dos *fulas*, assim como a das populações com as quais conviviam, foi seriamente ameaçada pelo impulso *berbere*, em particular o da Lemtouna, que subjugou as regiões do deserto, travou uma guerra com as nações negras para forçá-las a se converterem ao islamismo. As pessoas que não abraçaram o Islã e nem pagaram tributos tinham a escolha entre a servidão, a morte ou a fuga (Kane 2004, 88).

Contrariamente ao que se pensa, os intelectuais da África do norte, região de maiores resistências contra a penetração do Islã no continente (Chebel 2007), os chamados berberes, compostos de pessoas de cor preta e pessoas de cor branca, também tiveram que pagar tributos. Igualmente, é importante dizer que não se trata de uma questão étnica ou tribal, conforme é defendido por alguns pesquisadores, mas sim de um falso conceito comparável ao conceito de “identidade nacional” como algo móvel, flutuante e ilusório (Vidrovitch 2011; Amselle 1999), já que três quartos das línguas africanas pertencem à família de línguas Bantu.

“Bantu” não é um termo étnico, mas sim linguístico (o equivalente às chamadas línguas indo-europeias), da mesma forma que o grupo dominante no norte da África é o das chamadas línguas afro-asiáticas, que incluem o berbere e o árabe. Observa-se que o uso atual do termo “árabe” para designar um povo é uma heresia científica (exceto se for para designar, nos tempos antigos, habitantes da Península Arábica): deveríamos falar de falantes de árabe, em particular para o norte da África, onde a grande maioria das pessoas eram falantes berberes; os “árabes” muçulmanos são, na maioria das vezes, descendentes aborígenes de descendência berbere (ou outros) convertidos ao Islã (Vidrovitch 2011, 36).

Esta reflexão de Vidrovitch (2011) nos permite reafirmar e reforçar a ideia de que os berberes da África do Norte não são árabes, mas sim africanos convertidos ao Islã e, conseqüentemente, as investidas destes berberes falantes de árabe e convertidos ao Islã na África subsaariana podem ser

enquadradas nas intervenções de Estados e de povos vizinhos islamizados e arabizados, cuja força, superioridade e legitimidade são dadas pelo fato de falarem árabe e dominarem os preceitos do Islã. Como se percebe, as intervenções dos árabes, de arabizados e de islamizados no continente africano na Idade Média, constituiu a primeira fase de intervencionismo que pode e deve ser classificado tanto como estrangeiras (árabes) e internas (berberes) no continente, modificando significativamente as dinâmicas socioculturais, econômicas e políticas na região da África ocidental e do Sahel.

Os conflitos definidos como “étnico-religiosos” passaram a ser inevitáveis desde o momento em que a islamização e o domínio da língua árabe “divinizada”, por ter sido a língua de transmissão do Alcorão, passaram a ser o medidor do grau da humanidade, assim como o estabelecimento da relação quase que natural pelos árabes e muçulmanos de pele clara (*Fulas*, por exemplo), entre o ser árabe/muçulmano e o grau de humanidade. Assim, um verdadeiro muçulmano só poderia aprender as palavras de Deus em árabe, língua na qual ele se comunicou com o profeta Muhammad (Chanda 2011).

Isto explica a adoção da língua árabe como um idioma de comunicação pelos africanos que passaram a ser islamizados e arabizados cultural, social, política e até economicamente, já que a arabização passa a ser vista, também, como um medidor da islamização e da legitimidade. Inclusive, a liderança dos muçulmanos de pele “clara” (*fulas*, *hauçás*, etc) se justifica, primeiramente, porque a cor da pele se aproxima da cor da pele dos árabes e, segundo, porque eles dominavam o árabe, memorizavam o alcorão e ensinavam a religião, além de liderarem as revoluções jihadistas e os Estados teocráticos.

Isto levou à intensificação da “eticização” dos conflitos internos, sobretudo por questões culturais e religiosas que, além de mudarem as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais, deixaram uma abertura favorável à justificação e penetração da colonização ocidental. Deste modo, se de um lado, a islamização contribuiu ao fortalecimento dos impérios africanos (Mali, Waalo, Futa, Songai etc.), entre os séculos VIII e XV, possibilitado pelas frutíferas relações comerciais com o mundo mediterrâneo (comércio transaariano), do outro, colaborou com a queda dos impérios (outrora fortalecidos), a partir do fim da estabilidade sociopolítica interna e regional, resultado das chamadas revoluções muçulmanas dos séculos XVIII e XIX. Ademais, deixou-se um legado de instabilidade interna ao continente, que foi reforçado pelos legados de dois processos inerentes externos, a ocupação e colonização ocidental que se instalou entre os séculos XV e XX e das suas bibliotecas, as quais fizeram acreditar que tudo no continente africano poderia ser explicado e apreendido em termos tribais e étnicas que remetem à natureza “selvagem” dos africanos (Amselle 1999).

O legado deixado por estas duas colonizações (árabe-islâmica e cristã-europeia) são os valores incorporados socialmente que marcaram e ainda marcam a bipolarização das relações interafricanas, justificando, assim, os conflitos internos, as intervenções regionais e internacionais tanto das potências estrangeiras (França, Inglaterra, Estados Unidos da América, Arábia Saudita, Turquia etc.) quanto das organizações regionais e internacionais como a ONU e a UA.

O humanismo incarnado por estes atores iniciou-se com os comerciantes da era da islamização, prosseguindo com os missionários, aventureiros e soldados que fizeram proselitismo e garantiram territórios para seus soberanos e mercadores buscando ativamente converter almas, algumas vezes forçando as pessoas a adotar a nova fé (Chanda 2011, 172). Segundo Mota (2018), os séculos XVI e XVII encontram-se em um limbo, sendo associados a uma fase de de-islamização ou, pelo menos, a uma estagnação do avanço do Islã na África, devido à chegada dos impérios europeus para disputar o domínio, a influência e a exploração dos recursos materiais e “civilizacionais” no espaço africano.

Esta disputa do continente africano por árabes, arabizados, muçulmanos e a Europa cristã foi o reflexo de uma disputa política, econômica e cultural pelo domínio do mundo moderno e de seu sistema internacional, como bem mostra Toynbee (1953):

A história das relações da Rússia com a sociedade ocidental na contemporaneidade parece ser uma repetição de uma história mais antiga na qual o papel da civilização ocidental seria desempenhado pela civilização greco-romana e a da Rússia pelo Islã. Chamou-se o comunismo uma heresia do cristianismo e poderíamos dizer o mesmo ao islamismo. O islamismo, como o comunismo, conseguiu proporcionalmente, pois se propôs a reformar os abusos que haviam se infiltrado no cristianismo na época (Toynbee 1953, 92).

Estas reflexões de Toynbee (1953) mostram que a oposição entre o mundo ocidental, representado pela Europa herdeira da civilização greco-romana e o mundo árabe muçulmano, além de histórica, é permanente. Neste sentido é importante lembrar que o surgimento e a expansão do Islã, a partir século VII, foi em detrimento do mundo greco-romano da cristandade e dos árabe-muçulmanos: árabes e muçulmanos não-árabes (que eram a maioria) libertaram da tutela cristã vários países orientais, desde a Síria até a Espanha, passando por toda África do Norte, que estava sob domínio europeu. Salienta-se que foram os mesmos árabe-muçulmanos que colonizaram o mundo

ibérico por mais de sete séculos (Kaly 2016).

Foi durante este período que eles introduziram o cultivo da cana de açúcar domesticado na Ásia e do café domesticado na Etiópia, plantas que foram as bases das *plantations* no Novo Mundo. A conquista e expansão do Islã segue seu curso em direção à África equatorial, Índia, e ao leste da China, assim como a Rússia, temporariamente dominada pelos Tártaros, viu seus ocupantes se converterem ao islamismo e tudo que subsistiu da cristandade ortodoxa do Oriente (Tonybee 1953). Dessa forma, a islamização da África foi concomitante com a expansão e a dominação do mundo pelos árabes e muçulmanos e, na nossa perspectiva, este período constitui a primeira fase de intervenção externa ao continente e de comércios de longa distância (transaariano e transatlântico).

Em um primeiro momento, o comércio transaariano permitiu ao mundo mediterrâneo, árabe e europeu se abastecer em ouro, diretamente da principal fonte de extração na região da Senegâmbia, a qual engloba os países da atual zona saheliana (Mauritânia, Senegal, Mali, Níger, Burkina Faso e Nigéria) e da zona ashanti, que cobre o Benin e parte do atual território da Nigéria. Boubacar Barry (1984) chama a atenção sobre a importância e a relevância destes fluxos:

Para as sociedades da África tropical, esse comércio constituirá uma base essencial de sua organização. A exploração real do ouro fornece às classes dominantes dos Estados um meio importante de obter, por todo o Saara, por um lado, produtos de luxo raros (lençóis, remédios e perfumes, tâmara e sal), mas também e acima de tudo, de estabelecer e fortalecer seu poder social e político (cavalos, cobre, barras de ferro, armas). Esse comércio favorece, assim, o desenvolvimento de diferenciações sociais, a constituição de Estados e impérios, pois favorece o progresso das forças produtivas (o aprimoramento de técnicas e produtos, etc.) (Barry 1984, 14).

Nota-se que, se de um lado o comércio transaariano permitiu a organização das sociedades africanas, forneceu meios às classes dominantes e fortaleceu o poder político-social, favorecendo o progresso das forças produtivas; do outro, salientou as diferenças sociais, frutos da mudança de valores pela elite política que abriu o espaço africano à entrada de novos valores morais (Islã) e políticos (Estado teocrático), assim como a influência externa, seja ela de forma pacífica (*soft*) ou violenta. A incorporação dos valores árabes e islâmicos transformou drasticamente a organização social e política do continente, que passou de uma sociedade igualitária, equilibrada e justa a uma sociedade hierarquizada, desigual e muito violenta.

Cheikh Anta Diop em sua obra *“L’Afrique Noire pré-colonial”*, ao mostrar que a sociedade africana era baseada em castas⁴, demonstra que a originalidade deste sistema residia no fato dos elementos dinâmicos da sociedade, cujos descontentamentos poderiam ter engendrado revoluções, todavia, não procuraram mudá-la (Diop 1987). Assim, um homem da chamada “casta inferior, como a dos escravos (djam em wolof)” não teria vontade e nem aceitaria entrar em uma casta superior por questões de interesse materiais e, como consequência,, não haveria revoluções contra o regime, mas contra aqueles que administravam mal a maquinaria pública. Isto não significa a ausência de divisão social, mas a ausência de injustiça social, pois, para cada casta ou classe havia vantagens e desvantagens, privações de direitos e compensações que se equilibravam e, por isso, conclui Diop (1987, 19), é fora das consciências em progresso material e influências externas, que os motivos históricos devem ser procurados.

Isso mudou drasticamente com o processo de islamização e a instauração do estado teocrático a partir do comércio transaariano e, também, da islamização, no qual as elites passaram a explorar a sociedade e se enriquecer, inclusive, com a venda de escravos. Por isso, Reid (2012) afirma que a resposta africana ao comércio de longa distância foi dinâmico e intervencionista, por parte de Estados relativamente antigos e, como na zona atlântica, o período do comércio transaariano foi uma era violentamente criativa, envolvendo novas formas econômicas e políticas, bem como uma revolução nos assuntos militares, com uma participação muito ativa dos povos nômades da Savana e do Sahel nos conflitos armados da região.

O interessante é a participação dos fulbes⁵ nos conflitos armados do século VI a.C, talvez como contingentes de mercenários prontos para dar seu apoio ao maior lance. Se os fulbés recrutados como arqueiros e armados com escudos eram muito apreciados nos campos de batalhas da Etiópia, Egito e Oriente Próximo, sua participação posteriormente no exército almorávida que operava na Espanha no XI não deve ser muito surpreendente, mesmo que as motivações sejam diferentes (Kane 2004, 87).

A partir desta reflexão de Kane (2004) podemos perceber que os fulbes

4 O sistema de “castas” nasce de uma divisão do trabalho em um regime político monárquico, pois não existe casta sem nobreza. Assim, entende-se como casta o conjunto de indivíduos que praticam a mesma função laboral e constituem as instituições sociais e políticas (Barry 1984). Por exemplo, a “casta dos gér no Senegal” é formada pelos nobres e de todos os homens livres sem uma profissão manual, além da agricultura. A castas dos ñeño, também de nobres e homens livres, é representada pelo conjunto dos artesãos (sapateiros, ferreiros, ourivesaria etc.).

5 Plural de Fula.

são, há muito tempo, habitantes da região do Sahel, mas, também percebemos que seu lado guerreiro é histórico (antes do Cristo) e que compõem o exército almorávida ainda na expansão do Islã para a península ibérica antes de atuar na islamização e na formação de Estados teocráticos por meio do Jihad, visto aqui como guerra Santa, a qual buscava, primeiramente, a formação de uma federação muçulmana pan-fulbe, e em segundo lugar, lutar contra a colonização ocidental.

Portanto, pode-se dizer que a origem dos atuais e futuros conflitos e guerras do continente africano está estreitamente ligada à influência externa e às históricas instabilidades internas geradas a partir dos fluxos do comércio de longa distância ligadas ao mediterrâneo e ao atlântico. Assim, tanto os processos que permitiram tanto a dinamização do comércio transaariano quanto do transatlântico, foram meios de abertura do espaço africano para o intervencionismo externo/estrangeiro, fundamentados no humanismo, na civilização e nos valores do monoteísmo islâmico dos árabes; arabizados de um lado e, do outro, da Europa, que se tornou o lar dos cristãos graças às atividades missionárias constantes de monges apoiados pelo papa e pela conversão de reis (Chanda 2011), mas:

Em pouco tempo a ascensão do islamismo uniu a península árabe e o norte da África e colocou a Espanha sob governo islâmico, efetivamente confinando a fé cristã à Europa. Se as forças muçulmanas não houvessem sido derrotadas pelos francos comandados por Carlos Martel na Batalha de Poitiers em 732, toda a Europa teria se tornado parte do Califado islâmico. Seria necessário o surgimento do poderio marítimo dos europeus e seu fervoroso evangelismo, forjado por séculos de lutas contra o islamismo e as cruzadas para que o cristianismo rompesse seu confinamento continental (Chanda 2011, 185).

Esta reflexão de Nayan Chanda (2011) reforça nosso argumento de rivalidade histórica construída e levada a cabo pela Europa desde a percepção da força do império islâmico eleito principal inimigo a ser combatido. Além disso, o autor mostra que a ocupação da Europa pelos muçulmanos foi realizada por árabes-muçulmanos, arabizados e islamizados africanos que, de certo modo, ajudaram a construir e consolidar o que viria a ser a Europa. Esta Europa que se baseou na força marítima e no evangelismo para reverter a dominação árabe e muçulmana do seu continente, mas, também, no continente africano e no resto do mundo.

Por isso, conclui Chanda (2011), que a expansão colonial europeia foi moldada pela luta contra o islamismo desde o período das Cruzadas e, na

península ibérica, contra o califado de Córdoba. Igualmente, é muito valiosa a informação trazida por Chanda (2011) sobre o uso da evangelização como meio de mobilização e de luta contra árabes e muçulmanos na tentativa de ocupar territórios e subjugar povos. Isso mostra a importância do simbolismo religioso (muçulmanos contra cristãos, como no Sudão), presente ainda hoje nos conflitos africanos nas relações internacionais e, principalmente, na oposição entre a Europa cristã e o mundo muçulmano.

Segundo Kaly (2016), a Europa sempre viu no Islã o seu maior inimigo desde o século VIII, sobretudo por ser o mais temido concorrente militar e cultural da Europa cristã. Apesar das três religiões monoteístas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo) terem com berço a península arábica e serem introduzidas na Europa através do mar mediterrâneo, esta inimizade declarada da Europa cristã ao Islã e aos muçulmanos veio da colonização da península ibérica pelos muçulmanos, entre os quais haviam os africanos convertidos ao Islã, como os berberes da África do Norte, os *soninkes*, os *bambaras* e os *fulas*. Este último grupo é conhecido por serem os pretos da África ocidental (Kaly 2016) e os quais se encarregaram de expandir o Islã na região do oeste africano e lutarem contra a penetração ocidental no continente nas revoluções jihadistas nos séculos XVI e XIX. Assim, conclui-se que os atuais conflitos constituem a continuação desta “guerra religiosa”, envolvendo atores internos, regionais e internacionais em busca de recursos e poder.

Colonização da Europa Cristã

É importante ressaltar que, da mesma maneira que a guerra santa dos jihadistas contribuiu para a expansão do Islã e para a instauração de instabilidades internas, a tradição missionária foi determinante na expansão do colonialismo, bem como para o surgimento da resistência local ao colonialismo e, conseqüentemente, a instauração de guerras internas. Segundo Lamin Sanneh (2005), a partir das tradições vernaculares, os cristãos locais ganharam confiança na causa indígena e, enquanto o sistema colonial representava uma ordem econômica e militar mundial, a missão representava a defesa do vernáculo.

Ademais, da mesma forma que o Islã se tornou uma ferramenta de luta dos africanos contra a colonização, o cristianismo também serviu aos africanos como quadro de mobilização e de luta contra o que eles consideravam invasões e agressões externas, dentre as quais figuram o colonialismo ocidental e a expansão violenta do Islã jihadista e revolucionária. Com isso, o caos se instalou no seio da sociedade africana e dentro do continente, tendo como principais antagonistas os próprios africanos divididos pela fé professada. De

um lado encontravam-se os muçulmanos, os cristãos e os “tradicionalistas” que declararam guerra ao colonialismo ocidental, enquanto do outro lado existia uma rivalidade violenta entre cristãos e muçulmanos para converter e cooptar africanos que ainda professavam religiões tradicionais.

Observa-se que todos possuíam objetivos “humanísticos” de levar a Fé para o continente africano, assim como a meta de controlar recursos econômicos, políticos, culturais e, sobretudo, de concentrar o poder. É neste sentido que Livingstone (1813-1873), ao fracassar como missionário na África, concluiu que o plano de Deus para sua vida era usar seus talentos para explorar e mapear o continente desconhecido e abrir a estrada de Deus, o rio Zambeze, para o cristianismo, para o comércio e para a civilização (Chanda 2011, 192). A descoberta o tornou um homem adorado por seus contemporâneos mas que, mais tarde, foi acusado de ser um instrumento do imperialismo, já que suas descobertas precederam a disputa pelas maiores minas de diamante e ouro do mundo, levando à divisão do continente em colônias britânicas, portuguesas, francesas, alemãs e belgas no final do século XVIII e início do século XIX.

O atual cenário conflituoso no Sahel africano, por exemplo, continua sendo motivado pelas mesmas minas de ouro, diamante, gás natural, petróleo e água potável. Ademais, são disputadas pelos mesmos atores, como os radicais islâmicos, que declaram guerras a diferentes governos, uma vez que não concordam com a inclusão social de pessoas muçulmanas que não seguem a fé como deveriam seguir, cristãos e “pagãos”, os quais são os seguidores das religiões tradicionais africanas. Posicionam-se contra as ingerências externas representadas pelas antigas potências coloniais, que alegam estar protegendo o Estado-nação, ao combater ao radicalismo islâmico em nome dos direitos humanos.

Esta Guerra está sendo alimentada teoricamente pelas forças da liberdade, da paz e do desenvolvimento que são as forças coloniais, neocoloniais e/ou pós-coloniais (forças do bem) contra as forças do mal desestabilizadoras, “responsáveis” pela guerra e pelo subdesenvolvimento, representada aqui pelo radicalismo religioso com sua bandeira jihadista. Em suma, é uma continuação histórica de violência que continua gerando mais violência em nome dos valores humanísticos, sejam estes baseados no cristianismo, no colonialismo, no islamismo ou, simplesmente, valores do ocidentalismo na defesa dos direitos humanos, da democracia e na boa governança.

O aumento dessa violência se deve à renovação e à sofisticação dos instrumentos de violência coloniais, neocoloniais e pós-coloniais pelas grandes potências e pelos Estados, mas, também, pelos radicais que são, afinal, nada mais que o produto deste processo histórico. Ressalta-se estes processos não somente pela crueldade e pela violência gerada à população africana, bem como a rivalidade entre os representantes destas duas visões

e culturas, mas, principalmente, pelo legado conflituoso originado tanto no comércio transaariano quanto transatlântico que continua atormentando a sociedade africana.

Assim, o comércio transaariano, a islamização e a arabização da África foram processos violentos (escravidão, pilhagem de recursos, ingerência nos assuntos internos dos africanos), tanto quanto o comércio transatlântico. Certamente, este último é mais conhecido e demonizado, enquanto que o primeiro (processo da islamização e arabização) do continente africano é interpretado como positivo, pacífico, cooperativo por grande parte da literatura e dos intelectuais da área, como Boubacar Barry (1984):

Primeiro, enquanto o comércio transaariano do período pré-mercantilista, no qual o Waalo participou, havia fortalecido a centralização do Estado e impulsionado o progresso nesse reino autônomo do Senegal, o comércio atlântico, que substituiu o primeiro assim que os franceses se estabeleceram em Saint Louis (1659) não libera as forças produtivas, mas termina pelo contrário com uma regressão dessa e uma desintegração da sociedade e do Estado de Wallo. É por isso que os franceses tiveram que usar a força para romper relações trans-saharianas anteriores, subjugar essa região da África e orientar suas relações externas de acordo com os requisitos do posto comercial de Saint Louis. Porque a sociedade africana obviamente tentou reagir contra essa deterioração do seu lote e o Islã foi a estrutura para essa reação defensiva (Barry 1984, 17).

Assim, Barry (1984) traz informações importantes para a reflexão, principalmente por discordar com a primeira análise que apresenta o comércio transaariano como positivo e autonomista, ou seja, favorável aos africanos, enquanto o comércio transatlântico seria apresentado como um freio ao desenvolvimento, à autonomia e ao progresso devido basicamente aos efeitos da escravidão.

Enfatiza-se que a Europa não possuía o monopólio do tráfico, já que houve outros processos de escravidão como a transaariana, organizada, sobretudo, pelos árabes, a qual foi tão violenta e devastadora para a África e seus descendentes quanto o comércio transatlântico de escravos, sendo endossado pelo Islã assim como pelas justificativas do cristianismo para a escravidão (N'Diaye 2008). Segundo este autor, enquanto o comércio transatlântico de escravos durou quatro séculos (XV-XIX), foi durante treze séculos (VII-XX) sem interrupções que os árabes invadiram a África subsaariana e escravizaram milhares de homens que desapareceram pelo tratamento desumano que sofreram. Assim, percebe-se que, tanto o comércio transaariano quanto o transatlântico foram trágicos para o continente africano, e seus legados

continuam gerando conflitos.

A segunda informação que Barry (1984) traz nos assegura que foi necessário o uso da força pelos franceses para pôr fim ao comércio transaariano, uma vez que havia uma influência árabe-muçulmana no tráfico, bem como houve uma resistência africana em benefício do comércio transatlântico controlado desde o século XV pelos europeus. Isto significa que o processo que levou à substituição do comércio transaariano pelo transatlântico foi um processo violento envolvendo, além dos africanos, forças externas em disputa, que, certamente, marcaram o início da luta imperial pelo domínio e controle da África e dos africanos.

Por fim, percebe-se que na análise de Barry (1984), o Islã é visto como sendo parte da reação de defesa africana contra a Europa em nome dos interesses próprios. Esta visão ilustra como e por quê de um lado, o arabismo e islamismo foram incorporados como parte da solução dos problemas do continente, enquanto o imperialismo europeu é visto como “o problema” e do outro, se justificando a permanente luta do ocidente contra a manutenção e a influência do império árabe- islâmico.

Esta visão e interpretação equivocada ou enviesada dos impactos do imperialismo árabe-islâmico dificulta muito a análise dos problemas securitários do continente, já que a luta permanente do Ocidente pelo domínio e exploração do continente tem como principal motivação a contenção do império da época do comércio transaariano. Igualmente, não se deve minimizar o impacto do islamismo na divisão dos africanos entre aqueles que optaram pela conversão ao Islã, os que optaram pelas religiões africanas (consideradas pagãs, politeístas) ou pelo cristianismo, assim como pelas diferentes vertentes entre os próprios muçulmanos.

É nesta ótica que Redan (1922) afirma que com as raças, as seitas, as cisões geradas, o mundo muçulmano não é uma coisa só há muito tempo e adverte que, nem por isso, deve-se perder de vista a possibilidade de união e de força que o mundo muçulmano teria frente ao Ocidente. Isto significa que, de um lado, se a divisão do mundo muçulmano gerou conflito interno ao continente, de outro, a presença dos muçulmanos sempre foi considerada uma grave ameaça aos interesses do Ocidente, como mostra esta observação de Redan (1922):

Vimos isso bem no final de 1914, durante a proclamação da “Guerra Santa contra os infiéis” que apenas algumas tribos responderam ao chamado, mas o próprio Império Otomano não se levantou com impulso unânime. No entanto, por mais diverso que o mundo islâmico seja hoje, preocupações de natureza religiosa e de natureza política atuam sobre ele

e reagem constantemente um ao outro. Muitos eventos na história e na contemporaneidade são prova disso; porém, isso é ainda mais evidente do que aquilo que ocorreu no passado e no presente, uma tentativa séria de uma nova unidade geral islâmica contra o estrangeiro cristão como ocorrera em 1921? Vamos deixar que ela se desenvolva e sofremos com a aproximação das seitas e movimentos regionais do Islã com o nacionalismo otomano. Este seria um jogo particularmente perigoso. Portanto, tomemos o cuidado de impedir a constituição de um bloco turco ou pantourano. Vamos distinguir as populações que receberam o Islã dos iranianos daquelas que receberam os árabes e não permitimos que elas se fundam; não permitem a “*turquisation*” das províncias não-turcas (Redan, 1922, 28).

Como se percebe, se de um lado o mundo muçulmano, na véspera da Primeira Guerra Mundial, não tinha uma união ou uma única liderança, esta possibilidade nunca foi descartada ou minimizada pelo Ocidente. Assim, o autor questiona se o Ocidente vai deixar acontecer uma unificação dos muçulmanos, sabendo que vão sofrer se isso ocorrer? A sua resposta e recomendação é categórica, no sentido de impedir a constituição de uma comunidade islâmica com uma única liderança. Como o império Turco-Otomano dominava grande parte do mundo muçulmano até o início do contra-ataque ocidental sobre o mesmo, sobretudo após o fracasso dos turcos diante de Viena em 1683 (Tonybee 1953), a sugestão de Redan (1922) a seus conterrâneos foi que o Ocidente evite a unificação do mundo muçulmano sob domínio turco e busque a distinção entre árabes e arabizados, como os africanos e persas.

No caso africano, foco na análise de Redan (1922), já que esta se justifica pelas múltiplas resistências à colonização ocidental lideradas pelos arabizados e islamizados, onde o quadro da resistência foi formado pelo Islã, ressalta-se que as armas desta resistência eram compradas com escravos capturados no interior do continente e enviados ao mundo árabe-muçulmano do outro lado do Saara e do Mediterrâneo (Barry 1984). Todavia, esta resistência, liderada pelo movimento dos marabutos, afundou a região da África subsaariana em uma instabilidade constante causada pela tentativa de converter à força a população local e por se opor ao monopólio do comércio.

Dessa forma, estas instabilidades perturbaram econômica, política e socialmente os estados da África ocidental e do Sahel em nome do Islã. Percebe-se que as primeiras intervenções estrangeiras (árabe-muçulmanas), vieram do processo de islamização e da arabização que se iniciou com o movimento almorávida, o qual dominou as cidades de Awdagost e Sidjimassa em torno de 1054-1055, Fés em 1069 e, em 1070, Abu Bakr bin Omar funda a capital Marrakesh, sedentarizando o poder dos almorávidas antes de

conquistar Gana em 1076 (Bresi 2014).

Enfim, segundo Barry (1984), desde o século XIV, assistiu-se infiltrações de tribos árabe-berberes na África subsaariana, utilizando-se da justificativa de “maus entendidos políticos e sociais” ao norte, até a submissão total no século XVII dos berberes Senhaja e lamtuna, os quais são descendentes dos Almorávidas do deserto. Neste mesmo período, o império do Mali perdeu suas principais cidades de Gao e Tombuctu, alvos de ataques da monarquia marroquina por sua necessidade de abastecimento de ouro e de escravos. Isto significa que a resistência à ocidentalização/colonização teve, como impacto, a divisão, hierarquização, “etnicização” e arabização da sociedade africana e, consequentemente, a transformação do continente em uma permanente zona de guerra, além da sistematização das intervenções externas nos assuntos africanos.

Estes elementos são visíveis nos atuais conflitos africanos e têm sido apontados como causas das guerras e conflitos sem, no entanto, conectá-los com o passado histórico da islamização da África pela expansão europeia, o comércio transatlântico de escravos acompanhado das missões “civilizadoras”. Os franceses colocaram o pé pela primeira vez no Senegal entre 1639 e 1677, instalando-se sucessivamente em Saint Louis e Gorée, assim como várias companhias responsáveis juntamente com seus diretores e agentes pelo reconhecimento, prospecção e pela exploração da costa africana.

Segundo Chailley (1953), seus objetivos já sugerem o grande *design* que se desenvolveu durante o século XIX, o qual era alcançar as minas de ouro no alto do rio Senegal, bem como relacionar-se com os Tombuctu, cujas riquezas são relatadas em crônicas árabe. Portanto, a fase de desislamização ou de estagnação das forças muçulmanas corresponde a uma fase de engajamento do ocidente na ocupação do continente africano. Já a fase das revoluções (XVIII e XIX) significa simplesmente a resistência ao colonialismo ocidental que se consolidava em detrimento da investida árabe-islâmica no continente.

Ressalta-se a importância da domesticação e da incorporação dos princípios islâmicos e da cultura árabe na sociedade africana que implicou a resistência ao Ocidente sob a forma de um “nacionalismo” local abençoado por Allah (Deus). No entanto, esta simbiose serviu de base para consolidar e legitimar as lideranças arabizadas e islamizadas em detrimento das comunidades locais. Nesse sentido, o Ocidente utilizou-se destas divisões, se aliando com lideranças “tradicionais” para enfrentar a resistência das revoluções muçulmanas e, em segundo momento, utilizou da “domesticação” do Islã pelas comunidades locais na África e no resto do mundo islâmico para criar ou reforçar divisões internas, que levaram ao domínio ocidental sobre o mundo muçulmano.

Segundo Saedar (2014), a fratura do mundo muçulmano ocorreu através da domesticação do poder local por governadores árabes e líderes tribais, dando origem a uma infinidade de dinastias e políticas caracterizadas pela incapacidade de centralizar o controle político e de gerenciar as disputas geradas sobre a religião originada no estabelecimento dos califados rivais (Omíada, Abássida e Fatímida), que instituíram a capital do império muçulmano em Damasco (661-750), Bagdá (750-1258) e Cairo (910-1171). Estes fatos históricos do mundo árabe-islâmico e ocidental constituem as bases históricas dos conflitos e das guerras contemporâneas do continente africano e, conseqüentemente, das intervenções externas em diversos períodos da história africana, como afirma Elizabeth Schmidt (2013):

A intervenção estrangeira na África registra as intervenções políticas e militares estrangeiras no continente durante os períodos de descolonização (1956-75) e da Guerra Fria (1945-91), bem como durante os períodos de colapso do Estado (1991-2001) e do “guerra global ao terror” (2001-10). Nos dois primeiros períodos, a intervenção mais significativa foi extracontinental. Os Estados Unidos, a União Soviética, a China, Cuba e as antigas potências coloniais se enredaram em inúmeros conflitos africanos. Durante o período de colapso do Estado, as intervenções mais conseqüentes foram intracontinentais. Os governos africanos, às vezes auxiliados por potências fora do continente, apoiavam senhores da guerra, ditadores e movimentos dissidentes nos países vizinhos e lutavam pelo controle dos recursos de seus vizinhos. A guerra global ao terror, como a Guerra Fria, aumentou a presença militar estrangeira no continente africano e gerou apoio externo a governos repressivos. Em cada um desses casos, os interesses externos alteraram a dinâmica das lutas internas, aumentando os conflitos locais em conflitos maiores, com efeitos devastadores sobre os povos africanos (Schmidt 2013, 12).

Esta reflexão de Schmidt (2013) demonstra, por meio da periodização, a continuidade das intervenções estrangeiras no continente desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a guerra global ao terror iniciada em 2001 pelo governo estadunidense. Ademais, evidencia-se a diversidade dos atores, as origens e as razões históricas dos “inúmeros conflitos” africanos dentro dos fluxos do comércio transaariano e transatlântico, que reforçaram, respectivamente, o uso geopolítico do islamismo e do cristianismo para influenciar líderes políticos, conquistar e dominar povos de forma pacífica e, também, de forma violenta. Esta forma híbrida de violência e humanismo é evidentemente possível somente com a participação ativa dos africanos, sobretudo africanos em posições de liderança legitimadas pela posse dos meios de violência (senhores de guerra), pela fé (religiões tradicionais ou

reveladas) ou pelo poder político e econômico.

Novos Conflitos, Velhas Causas

O objetivo deste subitem é relacionar os processos históricos relatados supracitados com os atuais conflitos dos países do Sahel, no intuito de sustentar o argumento de que não se pode entender os conflitos da África ocidental sem levar em consideração a colonização árabe-islâmica e a relação de rivalidade histórica desta com a colonização ocidental. Para tanto, analisar-se-á a história dos países que compõem o Grupo G5 Sahel (Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Níger e Chade), assim como os conflitos que os afligem para evidenciar como as causas destacadas dos conflitos são originadas nos dois mapas coloniais supra referidos.

A atual situação de insegurança dos países do Sahel surgiu a partir da mudança de regime na Líbia, resultado da intervenção ocidental combinada com um levante interno, provocando um influxo de combatentes e armas ao Saara Ocidental e desestabilizando governos considerados fracos. Segundo Schmidt (2018), no Mali, esses acontecimentos abalaram um movimento secessionista e estimularam o golpe militar, a insurgência ligada à Al-Qaeda, além de gerar uma outra rodada de intervenções estrangeiras na região. Curiosamente, no século XIX, foi da Líbia que partiu a Irmandade Mahdistas, a qual se espalhou no Sahel (Chade, Mali) sob o nome de Senoussiya da Líbia. Em conexão com seus irmãos muçulmanos, gerou-se uma onda de insegurança devido a suas características mais militares que comerciais e acabaram sendo demonizados e temidos pelos franceses e italianos, que aspiravam conquistar e colonizar a região (Vidrovitch 2011).

Estes dois casos trazidos por Schmidt (2018) e Vidrovitch (2011) mostram que há muito tempo o *jihad* é ligado ao Islã de muçulmanos (árabes e/ou arabizados), bem como que os impérios coloniais fazem parte dos atores envolvidos direta e indiretamente na região. Assim, desde 2012, apesar da presença de milhares de tropas francesas e da ONU, o conflito no Mali tomou conta do centro do país e se espalhou pelos vizinhos Burkina Faso e Níger. Por sua vez, a Nigéria enfrenta insurgentes advindos dos campos de treinamentos ligados à Al Qaeda (Schmidt 2018), que possui armas do próprio arsenal da Líbia. Este conflito espalhou-se pelos vizinhos Níger e Camarões e atraiu combatentes do Mali, Mauritânia e Argélia.

Do ponto de vista interno, fala-se de uma luta dos jihadistas da Katiba e do Macina contra o poder central e, do outro lado, fala-se de uma violência étnica opondo pastores fulas e agricultores Dogões, sem se dar a devida atenção à origem histórica deste conflito, que, também constitui um

legado da islamização, da escravidão e da colonização ocidental. O império do Macina foi um Estado jihadista fundado pelos arabizados e islamizados *fulas* ou *fulbés* no delta do Níger, nas cidades de Mopti, Segou, Djénne, Hamdallahi (capital) e Tombuctu no atual Mali, no século XIX (1818), como resultado do avanço do Islã jihadista na África ocidental⁶, caracterizado pela hegemonia *fula*. Esta hegemonia se consolidou depois de muitas lutas contra os vizinhos *Bambaras*, *Ardos*, *Tuaregues* e *Mouros*.

Segundo Amadou Hampathe Ba (1992), a história desta região é marcada por trágicas guerras que opuseram principalmente *fulas* do império de Macina aos toucouleurs do exército de El Hadji Omar, o grande conquistador cuja influência se estendia do Leste da Guiné até Tombuctu (Bâ 1992) e a outros grupos sociopolíticos e culturais (*Bambara*, *Ardos*, *Tuaregues*, *Mouros* etc.) da vizinhança. Estas guerras e conflitos que se caracterizaram pela “fulanização” ou hegemonia *fula* e islamização sob liderança de El Hadji Omar na região, reforçada pela ação colonial, constituem uma das bases e justificativas da instabilidade nos países do Sahel.

Entre 1804 e 1818, *fulas* liderados pelo Xequê Usman Danfodio (1804-1810) e Tuklors, sob a direção de Ahmadu (1807-1818), se expandiram entre o alto do rio Senegal e do lago Chade em nome do Islã e estabeleceram um imenso império muçulmano na região. É importante lembrar que *fulas* e *tuklors* são da mesma família *halpular* (aqueles que falam *fula*) e foram durante muito tempo nômades devido a suas atividades pastorais. Segundo Hampathe Ba (1992), os “*halpular*” foram oprimidos, dispersos em diásporas e fixados de forma forçada em zonas de concentração antes de se organizarem em reinos e conseguirem, depois do processo de islamização, formar grandes impérios.

Estes impérios vão se manter por meio de conflitos permanentes com os povos originários, que apesar de se submeterem ao poder hegemônico *fula*, não se conformaram, principalmente os que, mesmo sendo *fulas*, arabizados e islamizados, foram submetidos à violência estatal. A memória deste período constitui uma das causas dos atuais conflitos ou, no mínimo, serve de referência e/ou de justificativa para lideranças como Amadou Kouffa, líder da *Frente de Libertação do Macina* e criador do *Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos* (Jama’at Nasr al-Islam wal Muslimin, em árabe), que visa uma coalizão de todos os grupos⁷ jihadistas da região contra os Estados e

6 Região composta atualmente pela Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné, Mali, Burkina Faso, Níger e Nigéria e formava na época o conjunto de impérios: Futa Toro, Futa Jalon, Sokoto, Macina.

7 Al Murabitun (liderado por Mokhtar Belmokhtar), Ansar Dine (liderado por Iyad Ag Ghali), Frente de Libertação do Macina (liderada por Amadou Kouffa) e o ramo saariano da Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI).

seus sistemas políticos, sociais, econômicos e culturais, uma vez que são vistos como uma herança da colonização ocidental que favorece as elites ocidentalizadas e as próprias potências ocidentais. As intervenções ocidentais e da União Africana na região, por sua vez, se justificam pelas ameaças securitárias apresentadas por esta coalização jihadista e este ciclo vicioso, no qual cada lado fundamenta sua violência no humanismo moral e religioso que historicamente gerou (e ainda gera) uma instabilidade permanentes da região.

Ora, os verdadeiros motivos desta instabilidade na região do Sahel estão na importância geopolítica e geoeconômica (Schmidt 2018; Kipré 2003; Gaye 2017), tendo em vista sua importância nas conexões da África com a Europa e com a Ásia através do Mediterrâneo e do Mar Vermelho, assim como com as Américas pelo Atlântico. Este papel central da região no Sahel e do Saara nas relações internacionais do continente foi iniciado com o comércio transaariano de escravos, de ouro e de sal. Na atualidade, as mesmas rotas são usadas por grupos criminosos para traficar armas, drogas e seres humanos, uma vez que estas rotas colocam em contato atores legais e ilegais com interesses convergentes e divergentes, ao mesmo tempo, já que todos buscam controlar os espaços e explorar os recursos estratégicos regionais (Schmidt 2018; Gaye 2017; Keenan 2013).

Estas complexas e violentas relações, juntamente com as condições de vida cada vez mais difíceis devido às consequências do aquecimento global, estão esvaziando as profundezas dos países sahelianos em benefício das regiões costeiras do atlântico e do mediterrâneo, tendo um efeito similar ao causado pelo desvio das rotas comerciais do Saara para o Atlântico nos séculos XVII. Aliás, os portos do comércio atlântico de escravos (Dakar, Abidjan, Cotonou, Douala, etc), continuam ainda sendo as únicas saídas para os países do Sahel (Mali, Burkina Faso, Níger e Chade). O interior destes países, além de escapar ao controle dos governos centrais, sofre de um esvaziamento e abandono por parte da sua população por meio da imigração forçada, mas cobiçada por diversos atores ilegais (radicais islâmicos, traficantes de drogas e armas) e potências estrangeiras (Estados Unidos da América e sua guerra global ao terrorismo, França e suas operações de “paz”) em busca de recursos estratégicos.

Segundo Gaye (2017) se a ausência do Estado abre espaço para criminosos, as condições climáticas desfavoráveis à vida humana como a seca transformam trabalhadores tradicionais (agricultores, pastores) em mão de obra para o crime organizado, bem como as regiões fronteiriças em zonas rebeldes contra governos de países como Mali, Chade e Níger. A contestação dos governos destes países em nome de uma maior inclusão social, uma autonomia ou uma mudança do sistema de governo herdado da colonização

pelo Estado pós-colonial desde a independência (as várias tentativas de golpes de Estados), passando pelo período do fim da Guerra Fria para culminar na atual situação iniciada a partir de 2000, vieram destas zonas fronteiriças e tiveram como consequência o enfraquecimento do Estado.

Gaye (2017) relaciona o fracasso dos Estados nesta região a uma drástica mudança da geopolítica do Sahel que se deve a (1) mudança do itinerário da cocaína da América Latina em direção a Europa passando pela região e (2) a implantação do terrorismo Salafista. Isto, por sua vez, lembra a inversão das rotas da escravidão no século XIX, quando os afrodescendentes das Américas independentes passaram a comandar na África a evangelização e o tráfico clandestino de escravos, transformando as redes que atuavam antes no comércio transaariano em piratas e traficantes de seres humanos da região do Sahel em direção ao Atlântico.

Portanto, estes complexos fluxos históricos entre a África, as Américas e a Europa são relatados pelo embaixador Alberto da Costa e Silva (2011) em “*um rio chamado Atlântico: África no Brasil e o Brasil na África*”, o qual ressalta que, a partir do fim do século XVIII, impõe-se à África, como realidade, uma nova ameaça: a presença política, econômica e militar, cada vez mais constante e exigente do europeu, o qual continua (ou volta) a assombrar o cenário dos países e dos povos africanos do Sahel em pleno século XXI. Vale observar que a queda dos lendários impérios do oeste africano (Mali, Songai, Benin etc) também ocorreu devido ao esvaziamento do interior da região do Sahel e do Saara, assim como do enfraquecimento das rotas do comércio transaariano em benefício do comércio transatlântico, que só foi possível com a presença política, econômica e militar da Europa, que forneceu as armas de fogo, fatos que se repetem na era da “Guerra Global ao Terrorismo” com a atuação do Ocidente (Europa e Estados Unidos).

Jeremy Keenen (2013) em “*The Dying Sahara: US Imperialismo and Terror in Africa*” mostra como a política externa dos EUA, desde 11 de setembro de 2001, através da Guerra Global ao Terror (*Global War on Terror*-GWOT) levou à pior e mais prolongada catástrofe⁸ humana que o Saara e o Sahel sofreram, devido às mentiras do Ocidente⁹. Isto significa que estamos diante de conflitos causados por intervenções externas justificadas por um falso humanismo, assim como o “humanismo” das missões civilizadoras do cristianismo, do islamismo e do arabismo jusficaram a escravidão e a

⁸ Por que dezenas de milhares de pessoas perderam seus meios de subsistência; por que quase 500.000 malianos tiveram que fugir de suas casas e por que centenas, senão milhares, mais pessoas locais podem morrer - e por razões que eles provavelmente não entenderão (Keenan 2013, 11:12).

⁹ Principalmente Estados Unidos, Reino Unido, França e Argélia como principal poder regional, afirma o autor.

colonização.

Neste sentido, enfatiza-se que os estragos causados pelo tráfico de escravos não foram responsabilizados. Catherine Coquery Vidrovitch (2011, 33) observa que suas consequências políticas foram mais prejudiciais do que seu impacto estritamente quantitativo. Os déficits populacionais foram causados pelos múltiplos distúrbios que se seguiram (guerras internas incessantes, deslocamento maciço de população) e deixaram ressentimentos duradouros que ainda não desapareceram entre povos invasores e os povos invadidos. Deste modo, percebe-se como é importante e necessário um recuo histórico para analisar os conflitos, guerras e muitos outros problemas enfrentados na contemporaneidade, uma vez que as suas raízes estão no seu passado colonial (árabe-muçulmano e ocidental) e na Guerra Fria, como destaca Elizabeth Schmidt (2018):

Distinções de poder, privilégios e conflitos sobre os recursos naturais fazem parte da história da humanidade e na África, esses fenômenos antecederam o período colonial, no entanto, a pilhagem de riquezas por meio de trocas desiguais foi incorporada às práticas econômicas coloniais, e as hierarquias étnicas e regionais da era colonial - algumas vezes construídas sobre distinções preexistentes - frequentemente assumiram nova potência após a independência do contexto pós-Guerra Fria (Schmidt 2018, 23).

Esta reflexão de Schmidt (2018) colabora com o argumento defendido de que a origem dos conflitos, em parte, deve ser buscada em períodos anteriores à colonização ocidental, como o da era da islamização, da arabização e do comércio transaariano. Em segundo lugar, ela chama atenção sobre as práticas incorporadas na era da colonização ocidental, que vão desde a pilhagem dos recursos e riquezas do continente até a hierarquização ou/é invenção étnica e regional como a suposta superioridade da África do Norte (“África branca”) sobre a África subsaariana, minando diferenças preexistentes. Neste sentido, entende-se que utilizar, como única causa dos conflitos, a etnia, a raça e a religião, sem a devida contextualização histórica e geopolítica, pode ser tão problemático quanto pretender resolver os mesmos conflitos por meio da intervenção externa, da guerra global ao terrorismo ou pela criação de novas unidades políticas, como foi o caso do Sudão do Sul em 2011.

Isto posto, é fundamental incluir entre as causas, as questões ligadas às condições degradantes do clima, o aumento demográfico e as fronteiras coloniais que, por sua vez, favoreceram a criação de fronteiras sociais e culturais como elementos importantes para os conflitos e guerras do século XXI, incluindo as que envolvem o terrorismo islâmico. Questiona-se, será que é possível compreender o terrorismo islâmico e as guerras civis causadas por

ele sem um recuo histórico que ilustre acontecimentos anteriores à expansão ocidental do século XV? A este respeito Ibn Battuta (1982), em seu manuscrito “*I. Voyages: de l’Afrique du Nord à la Mecque*”, ressalta que a primeira guerra civil muçulmana e o extremismo islâmico surgiram de problemas político-sociais (luta pelo poder)¹⁰ e étnicos (entre árabes e não árabes).

Considerações Finais

As várias análises sobre a origem e causas dos conflitos africanos apontam o Estado pós-colonial e suas estruturas, a etnia, a “tribo”, a religião e a fronteira como as principais causas das instabilidades, ignorando, de forma inconsciente ou não, os fatores históricos ligados aos mapas coloniais, sobretudo aos impérios árabe-islâmicos e ocidentais. A análise histórica mostra que estes processos coloniais acompanhados do comércio de longa distância (transaariano e transatlântico) deixou, entre outros legados, a violência e as rivalidades internas advindas dos processos da escravatura, da islamização, e da colonização europeia. Estes processos violentos, além de dividir e hierarquizar, deixaram ressentimentos duradouros, como afirma Vidrovitch (2011).

O segundo ponto que justifica os conflitos atuais está atrelado às revoluções jihadistas dos séculos XVIII, que, de certo modo, criaram, em teste, as divisões e a hierarquização da sociedade africana a partir de elementos como a língua árabe, o domínio do alcorão e a religião, além de ter a tonalidade da pele mais clara, o que significava um maior grau de humanismo. Isto justifica, por exemplo, o surgimento da primeira hegemonia fula, a criação dos impérios de Macina na atual República do Mali e base do Front de Libertação do Macina, também conhecido como Katiba do Macina, liderada por Amadou Kouffa, Sokoto fundado no século XVIII por Usman Dan Fodio, cujo então território serve de base para o Boko Haram na atual Nigéria.

O terceiro elemento importante que revela uma análise histórica da origem e causas dos conflitos africanos é a rivalidade declarada do Ocidente ao mundo muçulmano que surge da colonização árabe-muçulmana da península ibérica e é reforçada pela resistência do mundo muçulmano à expansão ocidental, principalmente na África e no Oriente Médio. Dessa forma, as

¹⁰ Que coloca em oposição xiitas, representados pelo Ali, e sunitas, e leva ao surgimento de um terceiro grupo: os Kharijita (os que saíram ou abandonaram), que rejeitaram os dois primeiros grupos. Este grupo é visto como a primeira cisão extremista dos muçulmanos (xiitas e sunitas são adversários políticos), que vai defender a execução de todos que não os seguem, incluindo mulheres e crianças. xiitas e sunitas são tratados como politeístas, ou seja, inferiores aos cristãos e aos judeus, estes considerados povos “do livro” seguidores de uma religião revelada.

questões ligadas à importância geopolítica e geoeconômica do continente africano, desde o comércio por camelo (comércio transaariano), visto como o início da globalização (Chanda 2011), passando pelos barcos impulsionados pelos ventos das monções, dos barcos a vapor (na era do comércio atlântico) até a atual era do comércio eletrônico, são cobiçadas pelos seus recursos abundantes e necessários e necessitados por todos.

Portanto, mostra-se fundamental compreender as causas reais dos conflitos africanos, as quais são, entre outros: a etnicidade, a religião, a luta pelo controle do Estado, os recursos naturais, as fronteiras, a marginalização social, a economia, a política, as questões estruturais e as questões de soberania. Ademais, foram os processos históricos ligados aos mapas coloniais que deram origem a estas causas, pois foi a colonização árabe-islâmica e a colonização ocidental que mudaram elementos dinâmicos da sociedade africana e introduziram novos valores, bem como novas formas de relações sociais, econômicas, políticas e culturais que os africanos domesticaram, modificaram, adaptaram à sua maneira e lutaram por sua preservação, possibilitando a manutenção dos conflitos, das guerras, das instabilidades e, conseqüentemente, das intervenções estrangeiras.

REFERÊNCIAS

- Amselle, Jean-Loup et MBokolo, Elikia. 1999. *Au Coeur de l'ethnie: Ethnie, tribalisme et èta en Afrique*. Paris: La Découverte/Poche.
- Bâ, Amadou Hampâté. 1992. *Amoukoullé, l'enfant Peul*. Paris: BABEL.
- Barry, Boubacar. 1984. *Le Royaume du Waalo: Le Senegal avant la conquête*. Paris: Karthala.
- Battuta, Ibn. 1982. *I Voyage: de l'Afrique du Nord à la Mecque*. Traduit par Traduction de l'arabe de C. Defremery et B.R. Sanguinetti (1858). Paris: La découverte.
- Bouquet, Christian. 2017. "Le Sahara entre deux rives: éléments de délimitation para la géohistoire d'un espace de contraentes". *Géoconfluences*, Décembre.
- Bresi, Pascal. 2014. "Les almoravides". In: Aillet, Cyrille et Tixier, Emmanuelle. *Gouverner en islam, Xe-XVe s.*, Atlande: Halshs.
- Bull, Hedley. 2002. *The anarchical Society: The Study of order In World Politics*. London: MacMillan.
- Buzan, Barry and Hansen, Lene. 2009. *The Evolution of International Security*

- Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chailley, Ct. 1953. *Initiations africaines x Les grandes missions françaises en Afrique Occidentale*. Dakar: IFAN.
- Chanda, Nayan. 2011. *Sem fronteira: Os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização*. Rio de Janeiro: Record.
- Chebel, Malek. 2007. *L'esclavage en terre d'Islam: un tabou bien garde*. Maroc: Fayad.
- Coulibaly, Bassidiki. 2006. *Du crime d'être "Noir: Un milliard de 'Noirs'" dans une prison identitaire*. Paris: Homnisphères.
- Diallo, Mamadou Alpha. 2019. "The Impacts of Neo-colonial Security Frameworks in the South Atlantic: The Case Of French Presence in Western Africa". In: Correia de Barros, Érico e Duarte, Manuel. *Maritime Security Challenges in the South Atlantic, de*. London: Palgrave Macmillan.
- Diop, Cheikh Anta. 1987. *L'Afrique Noire pré-coloniale*. Paris: Présence Africaine.
- Gaye, Serigne Bamba. 2017. *Connexions entre groupes djihadistes et réseaux de contrebande et de trafics illicites au Sahel*. Berlin: Friedrich Ebert Stiftung.
- Kaly, Alain Pascal. 2016. "A Presença- Ausência dos Árabes e de Muçulmanos nos processos de Modernização Brasileira: A readequação dos mapas coloniais". *Reposts* 13 (26).
- Kane, Oumar. 2004. *La première hégémonie peule: Le Fouta Tooro de Koli Tenguela à Almaami Abdul*. Dakar: Karthala-Presses Universitaire de Dakar.
- Keenan, Jeremy. 2013. *The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa*. London: Macmillan.
- Kipré, Pierre. 2003. *De la Guerre et de la Paix en Afrique*. Paris: UNESCO.
- Martin, Iulian et Lisa Maria achimescu. 2019. "Can forecasting ameliorate the negative impact of hybrid threats". In: P.W e Singer, Emerson, T. Like War – *The Weaponization of Social Media*. Bucaresti, România: Centrul de Studii Strategic de apararc.
- Martinez, Luis. 2019. "Sahel: à chacun ses priorités". *Internacional*, 01 Janvier.
- Mota, Thiago Henrique. 2018. *História atlântica da islamização na África Ocidental: Senegâmbia, séculos XVI e XVII*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- N'Diaye, Tidiane. 2008. *Le génocide voilé*. Paris: Gallimard.

- Redan, Pierre. 1922. *L'islam et les races: Les orgines, le trons et la greffe*. Paris: Librairie orientaliste.
- Reid, Richard J. 2012. *A History of modern Africa: 1800 to the present*. Oxford: Wiley Blackwell.
- Sardar, Ziauddin. 2014. *MECCA: The sacred city*. London: Bloomsbury.
- Salem, Hamahou Allah OulD. 2006. *Histoire de la Mauritanie*. Nouakchott: Universidad de Nouakchott.
- Sanneh, Lamin. 2016. *Beyond Jihad: The Pacifist Tradition in West African Islam*. Oxford: Oxford University Press.
- Sanneh, Lamin. 2008. *Disciple of all Nations: Pilares of World Christianity*. Oxford: Oxford University Press.
- Sanneh, Lamin. 2005. *The Changing Face of Christianity: Africa, the West, and the World*. Oxford: Oxford University Press.
- Schmidt, Elizabeth. 2013. *Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schmidt, Elizabeth. 2018. *Foreign Intervention after the Cold War: Sovereignty, Responsibility and the War on Terror*. Ohio: Ohio University Press.
- Silva, Alberto da Costa e. 2011. *Um Rio Chamado Atlântico: África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Toynbee, Arnold J. 1953. *Le Monde et L'Occident*. Londres: OXFORD University Press.
- Vidrovitch, Catherine Coquery. 2011. *Petite Histoire de l'Afrique: L'Afrique au sud du Sahara de la préhistoire à nos jours*. Paris: La Décou.
- Walter, Rudney. 1975. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova.
- Williams, Paul D. 2014. *War & Conflict in Africa*. Cambridge: Polity Press.

RESUMO

Esta reflexão versa sobre os conflitos armados do Sahel africano e tem como objetivo analisar historicamente o papel da colonização árabe-islâmica, da colonização ocidental e das rivalidades entre os dois. Parte-se da hipótese de que o enfrentamento entre jihadistas e intervencionistas internos e externos na região constitui uma luta histórica motivada por interesses geoeconômicos não morais e humanitários. Metodologicamente, optou-se por uma análise histórica e comparativa para concluir que as principais causas dos conflitos devem ser situadas nos mapas coloniais e na rivalidade histórica entre impérios e não nas diferenças étnicas, tribais, religiosas e nas fronteiras criadas pela colonização ocidental.

PALAVRAS-CHAVE

Conflito; Intervenção; Sahel africano.

Recebido em 06 de outubro de 2020

Aprovado em 16 de abril de 2021